

CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDÊNCIAS DE RECONHECIMENTO E DE DIVULGAÇÃO EM EMPRESAS ATUANTES NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL.



Daniela Garcia Santos
8º Período do Curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).
danielagarcia2108@gmail.com



Sandro Ângelo de Andrade
Orientador do trabalho. Professor do Curso de Ciências
Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas
(UNIPAM).
sandro.angelo@unipam.edu.br

RESUMO

As empresas de papel e celulose, para a produção de seus produtos, consomem grandes quantidades de recursos naturais, tais como a água, o ar, as árvores e o solo. Com isso, essas empresas são consideradas poluidoras e causadoras de grande prejuízo ao meio ambiente. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo verificar, por meio da contabilidade ambiental, se as empresas desse segmento evidenciam em suas demonstrações contábeis, ou notas explicativas, indícios de ativos e passivos ambientais; e comparar se essa divulgação está dentro dos padrões da norma NBC T15 item 15.2.4.1, que trata da interação da entidade com o meio ambiente. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental e qualitativa nos relatórios de 2016 das empresas do setor de papel e celulose, Klabin S.A., Fibria Celulose S.A. e Suzano Papel e Celulose S.A., inseridas na BM&FBOVESPA. Os resultados demonstram que essas empresas divulgam suas atividades ambientais, em quase toda a sua maioria, no relatório de sustentabilidade. Contudo, nas demonstrações contábeis e notas explicativas, quase nenhuma evidência foi encontrada. Conclui-se que a contabilidade ambiental ainda não está inserida no dia a dia das organizações. A preocupação maior divulgada por elas ainda está centralizada apenas em relatórios administrativos ou de cunho informativo, de forma genérica, destacando somente as ações positivas realizadas pelas empresas, com pouco ênfase nas ações negativas ou no registro de passivos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Ambiental. Demonstrações Contábeis. Papel e Celulose.

ABSTRACT

For the production of their products, paper and cellulose companies consume large quantities of natural resources, such as water, air, trees and soil. Thus, these companies are considered polluting and cause great damage to the environment. This way, this work aimed to verify, through environmental accounting, if companies in this segment evidence in their financial statements, or explanatory notes, indications of environmental assets and liabilities; and to compare if this disclosure is within the standards of NBC standard T15 item 15.2.4.1, which deals with the interaction of the entity with the environment. For that, a documentary and qualitative research was carried out in the 2016 reports of the cellulose and paper industry companies, such as Klabin S.A., Fibria Celulose S.A. and Suzano Papel e Celulose S.A., included in the BM & FBOVESPA. The results show that these companies disclose their environmental activities almost in their majority, in the sustainability report; however, in the financial statements and explanatory notes, almost no evidence was found. It is concluded that environmental accounting is not yet part of the organizations' daily routine. The major concern disclosed by them is still centralized only in administrative or informational reports, in a generic way, highlighting only the positive actions carried out by the companies, and little emphasis on negative actions or the registration of environmental liabilities.

KEYWORDS: Environmental Accounting. Accounting statements. Paper and Cellulose.

CONTABILIDADE AMBIENTAL: EVIDÊNCIAS DE RECONHECIMENTO E DE DIVULGAÇÃO EM EMPRESAS ATUANTES NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência relevante utilizada pelas empresas e tem como função principal o auxílio na tomada de decisão dos empresários e/ou gestores. Entretanto, segundo Pires e Silveira (2008), as informações apenas de caráter financeiro/econômico já não são mais suficientes para os dias de hoje, pois a sociedade está cada vez mais preocupada e interessada nas ações ambientais das empresas que poluem o meio ambiente na produção dos seus bens ou serviços. Com isso, as organizações necessitam buscar cada dia mais conhecimentos acerca das questões ambientais, principalmente aquelas empresas que impactam direta ou indiretamente o meio ambiente, buscando na Contabilidade seu principal apoio para auxílio dessas questões (OLIVEIRA, 2016).

A Contabilidade Ambiental é a área da Contabilidade que estuda os bens, os direitos e as obrigações relativas ao meio ambiente de uma organização, e tem como objetivo revelar as alterações feitas nesse patrimônio, atingindo tanto seus usuários internos quanto os externos (FREITAG et al., 2016).

Os principais itens relacionados à Contabilidade Ambiental de uma entidade são os ativos e os passivos ambientais. De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) número 26 (2001), os passivos são aqueles elementos que causam dispêndio financeiro para reparar, evitar ou reduzir os impactos ambientais causados pela empresa, e os ativos ambientais são recursos investidos no passado, mas dos quais se esperam ganhos futuros para a organização, também relacionados à recuperação do meio ambiente.

Este trabalho justifica-se pela grande evolução das questões ambientais ao longo dos anos. A preocupação com o meio ambiente fica cada vez mais evidente nos consumidores. Freitas e Oleiro (2011) confirmam isso, dizendo que no novo mercado a garantia para a durabilidade de uma empresa dá-se ao adequado uso dos recursos que a natureza proporciona e também à publicação das ações desenvolvidas na preservação do meio ambiente.

Com isso, o objetivo geral deste trabalho foi identificar reconhecimentos ou divulgações

sobre ativos e passivos ambientais das empresas atuantes no setor de papel e celulose no Brasil, através das demonstrações contábeis e de suas notas explicativas.

Além disso, de forma específica, pretendeu-se verificar a existência de ativos ambientais, identificar passivos ambientais e fazer o comparativo das divulgações apresentadas pelas empresas, com o item 15.2.4.1 da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T15, que se refere às informações sobre a ligação das entidades com o meio ambiente.

Para isso, foram analisadas três empresas que atuam e possuem demonstrações contábeis disponíveis na BM&FBOVESPA: a Fibria Celulose S.A., a Klabin S.A e a Suzano Papel e Celulose S.A, escolhidas por se enquadrarem nos níveis de governança NM (Cia. Novo Mercado), N1 (Nível 1 de Governança Corporativa) e N2 (Nível 2 de Governança Corporativa). As demonstrações utilizadas para a análise correspondem ao ano de 2016.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Definir a Contabilidade não é uma tarefa fácil, visto que ao longo dos anos vários foram os significados dados a ela. Para se ter ideia do quão antiga a Contabilidade é, Crepaldi (2013, p. 1) salienta que "segundo os historiadores, Aristóteles, há mais de 2.000 anos, já refletia acerca de uma ciência que controlaria a riqueza".

Para Quintana (2014), a Contabilidade pode ser considerada como a ciência que informa todas as movimentações ocorridas na entidade em forma de demonstrativos, expressando sua real situação financeira e patrimonial e auxiliando diretamente na tomada de decisões. O objetivo geral da Contabilidade é monitorar o patrimônio das empresas, computar o resultado de suas atividades e também gerar informações aos usuários que têm interesse na produtividade e no desenvolvimento econômico dessas entidades (VICECONTI; NEVES, 2012).

Um dos papéis mais importantes da Contabilidade para as empresas não é mais gerar apenas valores,

mas sim conseguir informações vitais para os usuários, a fim de ajudar nas tomadas de decisões. Por isso, a Contabilidade é considerada um grande sistema de informação (SILVA; CRUZ, 2007).

Com isso, é notória a importância da Contabilidade como sistema de informação. Barker (2012) afirma que ela é a matéria-prima para todas as decisões que serão tomadas na empresa, como, por exemplo, determinar o custo e conseqüentemente o preço dos produtos/serviços, vender ou comprar, analisar planos de negócios e até mesmo formular títulos de dívidas ou ações.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente no ramo empresarial vem se tornando cada vez mais intensa e rigorosa, principalmente após a chegada da Lei nº. 9.605/98, que trata de crimes ambientais e que fez com que as empresas dessem maior relevância a esse assunto, seja por meio de condenações criminais, seja por multas grandiosas que acabariam por afetar o processo financeiro das entidades (LINS, 2015).

A Contabilidade Ambiental não pode ser considerada uma novidade na área das Ciências Contábeis, pois ela veio para agregar informações acerca dos resultados obtidos pelas entidades relativas ao meio ambiente (COUTO, 2013).

Outro fator importante, segundo Lins (2015), é a questão da imagem da empresa em relação aos seus clientes. Entidades que se preocupam com o meio ambiente são mais bem vistas pelos seus consumidores, gerando então maior procura pelos produtos, mesmo que eles possam ter o preço um pouco acima do mercado.

O ativo ambiental de uma empresa são seus bens e direitos relativos ao meio ambiente, ou com essa finalidade, os quais têm como objetivo ganhos futuros, sendo eles relacionados à reciclagem, recuperação e prevenção do meio ambiente (LINS, 2015).

Gomes e Garcia (2013) citam alguns critérios para que o ativo ambiental seja reconhecido como tal: eles precisam de alguma forma diminuir ou acabar com a degradação ambiental que poderá ocorrer no futuro, e devem ser posteriormente geradores de fluxo de caixa, auxiliando na melhora ou eficiência de outros ativos; eles também devem ser de posse da empresa e ter seu direito de uso totalmente exclusivo.

O passivo ambiental nada mais é que obrigações ambientais oriundas de atividades passadas, que possuem prazo, credor e haveres já estabelecidos,

e cuja quitação exija retirada de caixa no futuro. São alguns exemplos: estabilização de alguma área que tenha sido danificada ou parcialmente destruída pelas atividades da empresa, penalidades, indenizações, fornecedores certificados, dentre outros (LINS, 2015). Gomes e Garcia (2013, p. 29) simplificam dizendo que o passivo ambiental "pode ser compreendido como obrigações presentes para com terceiros resultantes de impactos causados ao meio ambiente, ocorridos no passado".

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 19 de agosto de 2004, através da resolução nº 1.003/04, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual em vigor no dia 1.º de janeiro de 2006.

De acordo com o item 15.1.1 da NBC T 15, essa norma tem como objetivo determinar procedimentos para destacar informações de natureza social e ambiental, com o propósito de esclarecer para a sociedade em geral a atuação da entidade em relação a suas responsabilidades sociais e ambientais. A norma esclarece que as informações de natureza social e ambiental são a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

O item utilizado neste trabalho é o 15.2.4, Interação com o meio ambiente. Nele consta que as empresas deveriam evidenciar investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; educação ambiental para a comunidade e outros projetos ambientais. Também deveriam evidenciar a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e a presença de passivos e contingências ambientais.

O SETOR DE PAPEL E CELULOSE NO BRASIL

O setor de papel e celulose no Brasil constitui-se de três segmentos: a indústria de celulose, a indústria de papel e a indústria de artefatos de papéis, que juntamente com as florestas, as empresas de editorações gráficas e as distribuidoras ligadas a essas indústrias, montam a gigantesca rede de

papel e celulose (MONTEBELLO; BACHA, 2011).

A amplitude de uma empresa participante desse setor é bastante extensa. Segundo Castro (2014), ela engloba o reflorestamento, a fabricação da madeira, a produção de papel, a transformação do papel em artigos, a celulose, a produção gráfica e editorial e toda a reciclagem do papel empregado. Em uma pesquisa feita por Koopmans (2006), levantaram-se informações relevantes acerca da opinião dos moradores em relação à instalação de uma empresa de papel e celulose no estado da Bahia. As respostas foram parcialmente divididas: 45% dos entrevistados disseram que apoiam, desde que não poluam o meio ambiente, e 38% (porcentagem relativamente alta) eram totalmente contra, pois achavam que as desvantagens eram muito maiores que as vantagens.

As declarações feitas na pesquisa de Koopmans (2006) em relação às pessoas que eram contra a instalação da fábrica foram no mínimo intensas: algumas delas afirmaram que o eucalipto na verdade deveria ser chamado de deserto verde, que ele também é uma árvore falsa, que na verdade não possui vida. Disseram também que a monocultura desse tipo de árvore é comparada à Aids, mata toda a vida; que a entrada de uma empresa de papel e celulose desertificaria a região; e que a natureza se vingará do homem mais cedo ou mais tarde.

METODOLOGIA

Em relação aos seus procedimentos, esta pesquisa é considerada como documental, bibliográfica e webgráfica. Quanto a sua abordagem, este trabalho pode ser classificado como qualitativo, pois seu enfoque é voltado para a interpretação, sendo analisadas e detalhadas as notas explicativas e as demonstrações contábeis na busca por evidências de reconhecimento e/ou divulgação de itens ambientais de empresas do ramo de papel e celulose no Brasil que atuam na BM&FBOVESPA. Sob o ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa se enquadra em descritiva, visto que foram expostas informações e as divulgações da realidade das empresas quanto a sua preocupação ambiental. Para a realização deste trabalho, foram utilizadas informações de empresas do ramo de papel e celulose que atuam na BM&FBOVESPA. Existem nesse tipo de setor seis empresas listadas: Celulose Irani S.A., Fibria Celulose S.A., Klabin S.A., Santher

Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A., Suzano Holding S.A. e Suzano Papel e Celulose S.A.

Foram utilizadas, dessas seis empresas, apenas três para a execução deste trabalho. O motivo da escolha dá-se devido à inserção destas nos tipos de segmentos da BM&FBOVESPA, visto que as outras não fazem parte de nenhum segmento. As três empresas são Fibria Celulose S.A., que faz parte da Cia Novo Mercado (NM); Klabin S.A., inserida no Nível 2 de Governança Corporativa (N2); e Suzano Papel e Celulose S.A., que faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa (N1).

As demonstrações contábeis e as notas explicativas utilizadas foram a do ano de 2016, por serem informações mais recentes divulgadas pelas empresas, visto que na atualidade a questão ambiental está sendo cada vez mais evidenciada.

RESULTADOS

Para análise e discussão dos resultados, foram realizadas pesquisas em busca de informações ambientais, nos relatórios das demonstrações contábeis, juntamente com suas notas explicativas de 2016 das três empresas, Klabin, Suzano e Fibria. Depois de analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas, observa-se que não há uma evidência explícita das informações sobre os ativos ou passivos ambientais das empresas conseguidos durante o exercício.

A única evidência verificada nos demonstrativos das empresas Klabin, Suzano e Fibria, foi quanto aos "ativos biológicos", que se referem ao plantio e manutenção de florestas pelo seu valor justo. Este resultado é similar ao encontrado por Piau e Nepomuceno (2013). Para um alcance maior de informações, o estudo também incorporou a análise dos relatórios de sustentabilidade e a comparação da forma de divulgação das empresas com o item 15.2.4.1 da NBC T 15.

A NBC T15 não deixa claro onde as informações deveriam ser publicadas, abrindo então uma brecha para a aceitação em qualquer relatório apresentado pelas empresas. Após análise das informações, verifica-se que a maioria delas está em seus relatórios de sustentabilidade, não sendo evidenciada em suas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

Gesser (2008) obteve o mesmo resultado para o ano de 2007, quando as informações ambientais das empresas de papel e celulose se concentravam

no relatório de sustentabilidade. Confirmando essa afirmativa, Barbosa et al. (2014) também reconhecem que sua coleta de dados foi quase inteiramente retirada desse mesmo relatório.

A empresa Suzano declara em seu relatório de sustentabilidade que investiu no ano de 2016 em média R\$ 175 milhões de reais com a proteção do meio ambiente. Contudo, não foi possível encontrar evidências claras desse valor em suas demonstrações contábeis ou notas explicativas, apenas consta no relatório da administração que a companhia realizou uma modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na unidade Mucuri. Os resultados são similares aos encontrados por Piau e Nepomuceno (2013), que, analisando as demonstrações contábeis de 2011, concluíram que a Klabin e a Suzano informaram investimentos ambientais, mas não houve informações sobre a finalidade do valor declarado.

Na empresa Fibria, foi mostrado em seu relatório de sustentabilidade um quadro com investimentos nas áreas de recursos hídricos, emissões e outros projetos ambientais, totalizando mais de R\$ 90 milhões de reais, também sem identificação específica na aplicação dos recursos.

No primeiro item da norma, a Fibria foi a única empresa que evidenciou em suas notas explicativas informações reais para projetos ambientais. Ela declara que no dia 11/01/2017 a Fibria concluiu a emissão no mercado internacional de títulos da dívida, o "Green Bond Fibria 2027": os recursos oriundos dessa emissão serão utilizados em projetos ambientais para o alcance de suas metas de sustentabilidade a longo prazo.

Quanto ao item "Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados", também foram encontrados relatos genéricos sobre o assunto nas três empresas em seus Relatórios de Sustentabilidade, mas não evidenciados em suas demonstrações financeiras. Outra questão observada foi a falta de divulgação em relação aos fins destinados aos resíduos gerados pela companhia. A empresa Klabin informa em seu Relatório de Sustentabilidade de 2016 apenas que a empresa criou uma central de processamentos de resíduos sólidos em sua unidade denominada PUMA, reciclando 94% dos resíduos, restando portanto, um passivo ambiental de 6%. Piau e Nepomuceno (2013) relatam que no ano de 2011 a empresa apresentou, em seu Relatório de Sustentabilidade, informações sobre resíduos

gerados, sobre sua destinação e quantidade, o que não se observa em 2016.

Já a Suzano declara que realiza em seu "capital natural" o manejo florestal sustentável e o preparo reduzido do solo, efetua o controle biológico, realiza mitigação de riscos e otimização de oportunidades sociais e ambientais, e que em 2016, a empresa investiu em torno de R\$ 3,7 milhões de reais em recuperação de áreas degradadas. Todas essas informações são apresentadas apenas em seu relatório de sustentabilidade.

Outro fator importante evidenciado pela empresa Suzano é que ela mostra detalhadamente a quantidade e a destinação de seus resíduos perigosos e não perigosos, fato relevante, visto que as outras companhias o informam de maneira generalizada.

Com relação à empresa Fibria, foi declarado em seu relatório de sustentabilidade a aplicação de mais de R\$ 7 milhões de reais para o controle de resíduos liberados, mas esse investimento foi realizado apenas na unidade de Jacareí/SP. Nas unidades situadas em Aracruz e Três Lagoas, o valor investido não foi informado, e nenhum valor foi evidenciado nas demonstrações contábeis.

Sobre o item "Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade", a Klabin declara no relatório de sustentabilidade que faz parte de um programa chamado Projeto Crescer, que capacita colaboradores diretos e indiretos sobre as questões ambientais.

Barbosa et al. (2014) informaram que, nas análises feitas para o ano de 2010, a empresa não divulgou nenhuma informação, podendo-se concluir que houve uma evolução da empresa para o ano de 2016.

A Suzano informou que seus gastos foram de R\$ 1,3 milhão de reais com a melhora de sua gestão ambiental, fato esse que foi considerado como um investimento para seus colaboradores, mas que não foi contabilizado ou informado nas demonstrações contábeis ou notas explicativas.

Quanto à empresa Fibria, após analisados os relatórios de 2016, constatou-se que a empresa não divulgou quaisquer informações sobre a educação ambiental de seus empregados em nenhum desses anos. Barbosa et al. (2014), analisando as demonstrações de 2010 da empresa Fibria, também não encontraram evidências sobre este item.

Quanto ao item "Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade", as três empresas declararam que se preocupam com essa questão e que investem na educação ambiental de suas comunidades vizinhas, conforme informações contidas em seus relatórios de sustentabilidade.

A Klabin evidencia essa questão com a participação em dois projetos, o Programa Caiubi e os Protetores Ambientais: o primeiro é voltado para a capacitação de professores do Paraná e de Santa Catarina, com conceitos de consciência ecológica, e o segundo idealiza treinamentos teóricos e práticos com alunos do Ensino Fundamental em relação à preservação da natureza.

Ainda sobre o interesse da empresa com as comunidades, Gesser (2008) confirma que a Klabin, no relatório apresentado em 2007, já atendia as comunidades locais com a realização de fóruns, debates e a tentativa de resolução dos problemas causados.

A Suzano afirma que realiza projetos sociais de promoção à educação ambiental para jovens e crianças, com o intuito de conscientização de futuros profissionais.

Já a Fibria apenas cita que 257 é o número de municípios onde ela mantém projetos sociais e diálogos abertos, mas não deixa claro quais são esses programas e se é realizado algo totalmente voltado para a educação ambiental.

Em relação ao item "Investimentos e gastos com outros projetos ambientais", novamente as três empresas informaram suas ações somente no relatório de sustentabilidade.

A Klabin afirma que possui um sistema de gestão ambiental guiado pela ISO 14001, que visa à conservação dos recursos naturais e à redução incessante do uso de recursos não renováveis, e que a unidade PUMA, inaugurada no ano de 2016, é composta por uma tecnologia ambiental de ponta em relação ao consumo da água, aos efluentes, às emissões lançadas na atmosfera e à redução do uso de insumos.

Contudo, a Companhia declara também em seu relatório de sustentabilidade que 39% do total da água que utiliza é proveniente de água reciclada ou reutilizada, sendo, portanto, 61% de fontes naturais, não trazendo informações específicas quanto ao tratamento e às condições de retorno ao meio ambiente.

A Suzano declara que investe fortemente em pesquisas relacionadas ao meio ambiente e que

atua na recuperação dos ambientes degradados. Ela também realiza manutenções em suas áreas de alto valor de conservação, essas que são reconhecidas pela importância de seus atributos socioambientais, como, por exemplo, a recuperação de 3,6 mil hectares da Mata Atlântica e do Cerrado, não apresentando, porém, os valores destinados a esses projetos.

A Fibria publicou que é aliada do projeto Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, cuja organização atua sem fins lucrativos, promovendo a restauração ambiental, o vínculo dos fragmentos da Mata Atlântica, o pagamento de serviços ambientais realizados, entre várias outras atividades, mas também não identificando a aplicação desses valores.

No item "Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade", nenhuma das três empresas informa a quantidade de processos em seus relatórios. Vale ressaltar que essa falta de informações acontece há algum tempo, visto que Barbosa et al. (2014) observaram os mesmos resultados nos relatórios analisados de 2010.

Em relação ao item "Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente", este é revelado em partes pelas empresas.

A Klabin, dentre as companhias analisadas, é a única que não deixa claro ter algum tipo de processo ambiental adquirido, nem valores, nem quantidade ou qualquer informação que possa evidenciar a existência de algum tipo de multa.

Já a Suzano cita em suas notas explicativas o valor total de R\$ 246.634,00, que equivale a todos os processos em que ela está envolvida, e dentre eles, é citado o processo ambiental. Mas a informação não vai além disso, não é possível saber quantos processos ela tem, o objeto da causa, o valor demandado, nem a situação atual em que se encontra o processo.

A Fibria cita em suas notas explicativas que tem processos em andamento sobre questões cíveis e tributárias, mas não aponta nenhum fator relevante que possa ser considerado, como multas ou indenizações de questões ambientais. Esse assunto gera grande preocupação, visto que nenhuma das empresas conseguiu realmente expor os problemas judiciais causados pelas suas atividades de produção.

Em relação ao último item "Passivos e

contingências ambientais", a Klabin possui valores para contingências em suas demonstrações, mas, analisando as notas explicativas, não existe nenhuma informação de que os valores se referem a assuntos ambientais.

As demonstrações contábeis da Klabin também não evidenciam passivos ambientais, mas a análise de alguns trechos em seu relatório de sustentabilidade de 2016 demonstra que alguns procedimentos adotados pela Companhia podem resultar em eventuais danos ao meio ambiente. Os resultados são similares aos encontrados por Piau e Nepomuceno (2013), que não encontraram registros também para as demonstrações do exercício de 2011.

A Suzano informa em seu relatório de sustentabilidade que busca a reversão de passivos adquiridos de arrendamentos, passivos estes que não estão evidenciados nas demonstrações contábeis, deixando uma margem de dúvida sobre a sua realização.

As três empresas informam valores para contingência em suas demonstrações contábeis, mas na análise das notas explicativas, esses valores são apenas para processos cíveis ou tributários, e nenhuma citação sobre meio ambiente foi encontrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que as três empresas escolhidas para estudo, Klabin, Suzano e Fibria, não apresentam claramente informações sobre ativos e passivos ambientais nas demonstrações contábeis e notas explicativas, o que comprova que a Contabilidade Ambiental no Brasil ainda caminha a passos lentos, não sendo possível prever quando ela realmente entrará de fato nos relatórios contábeis.

A única informação de cunho ambiental informada claramente pelas três empresas foi quanto aos seus ativos biológicos, que, conforme foi declarado, são suas florestas de eucalipto provenientes de plantios renováveis calculadas pelo seu valor justo. Essa foi a única informação gerada pelo ativo ambiental, já o passivo não possui nenhuma informação.

Procurando ampliar um pouco mais a busca de informações, foram avaliados também os relatórios de sustentabilidade das três companhias, em que são evidenciadas algumas informações mais específicas sobre as questões ambientais.

As três empresas analisadas possuem relatórios de sustentabilidade amplos, buscando demonstrar as ações das companhias voltadas para as questões ambientais. Contudo, as informações obtidas foram consideradas superficiais, visto que as declarações feitas pelas empresas eram apenas de caráter informativo, e os reais valores que deveriam ser encontrados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas não foram evidenciados.

As empresas buscam apenas divulgar informações de proteção ambiental para marketing pessoal, e são apenas divulgados os acontecimentos que beneficiam a sua imagem, deixando de lado as informações sobre a sua face devastadora. A maioria das informações foi transmitida através do relatório de sustentabilidade, e a transparência e a confiabilidade dos fatos ficam abalados, pois esse relatório não segue nenhum procedimento de regularização ou fiscalização.

Constatou-se que a divulgação das informações ambientais é uma ótima ferramenta utilizada pelas empresas para conseguir o chamado "marketing verde", no entanto, a possibilidade de um conjunto de informações financeiras que evidenciam os gastos ou investimentos feitos na área ambiental não ficou clara, o que mostra o grande déficit da Contabilidade Ambiental entre as empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001, 2015. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

BARBOSA, Eliedna de Sousa et al. Evidenciação das informações ambientais segundo a NBC T-15: um estudo nas empresas do setor de papel e celulose de 2006 a 2010. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/viewFile/108/pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

BARKER, Richard. Introdução à contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e

divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, Edição Extra, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CASTRO, Natalia Vitoriano da Conceição. Avaliação de empresas do setor de papel e celulose através do Modelo CFROI. 2014. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/195.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento 09. Demonstração do valor adicionado. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

..... Pronunciamento 26. Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentosemitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em: 01 mar. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução nº 1.003/04 - Aprova a NBC T 15 - Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <<http://nemac.ufsc.br/files/2012/12/2-nbct15.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CORONADO, Osmar. Contabilidade gerencial básica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COUTO, Ívina. Contabilidade ambiental. 2013. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/contabilidade-ambiental/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso básico de contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EMBRAPA, Brasil. Uso de resíduos da fabricação de celulose e papel e da reciclagem de papel. 2011. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

FIBRIA CELULOSE S.A. 2017. Demonstrações Contábeis e Relatório de Sustentabilidade.

Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

FREITAG, Viviane da Costa et al. Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental nas indústrias químicas farmacêuticas do Estado do Paraná. 2016. Disponível em: <<http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/7>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FREITAS, Débora Pool da Silva; OLEIRO, Walter Nunes. Contabilidade Ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/29>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

GESSER, Giselle Koerich. Análise da informação ambiental aos stakeholders: uma verificação no setor de papel e celulose. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126209>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GOMES, Sonia Maria da Silva; GARCIA, Cláudio Osnei (org.). Controladoria Ambiental: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.

KLABIN S.A. 2017. Demonstrações Contábeis e Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/home/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

KOOPMANS, José. Além do Eucalipto: o papel do extremo sul. 2006. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/180>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

LINS, Luís dos Santos. Introdução à Gestão Ambiental Empresarial. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan; BACHA, Carlos José Caetano. O setor de celulose e papel na economia brasileira. 2011. Disponível em: <http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1359376212_6276749358ba36fa276b9509b02b478_901527006.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

NORMA CONTABILÍSTICA DE RELATÓRIO FINANCEIRO. Número 26. Matérias Ambientais. Disponível em: <<http://www.dfk.pt/snc/NCRF%2026.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

OLIVEIRA, Felipe Brito. Uma pesquisa bibliométrica da produção científica brasileira em contabilidade ambiental. 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11864>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PIAU, Amanda Julia Justino; NEPOMUCENO, Valério. Contabilidade ambiental: uma análise das evidenciações das empresas brasileiras do setor de papel e celulose. 2013. Disponível em: <<http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/192396/Contabilidade+ambiental.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.

PIRES, Charline Barbosa; SILVEIRA, Fabiana Costa da Silva. A evolução da evidenciação das informações ambientais de empresas do setor de celulose e papel: uma análise de conteúdo das notas explicativas e relatórios de administração. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Contexto/article/view/11104>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Adriana Rezende da; CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves. A importância da Contabilidade Ambiental no mundo globalizado. 2007. Disponível em: <<http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/juridicas/article/view/1052>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. 2017. Demonstrações Contábeis e Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <<http://ri.suzano.com.br/pt>>. Acesso em: 01 maio 2017.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. Contabilidade Básica. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.